

## **A UNIÃO FAZ A FORÇA: COMUNICAÇÃO DA MEDICINA CIENTÍFICA NA IMPRENSA NÃO-ESPECIALIZADA (PARAÍBA, ANOS 1920)**

Leonardo Q. B. Freire dos Santos<sup>1</sup>

### **[RESUMO]**

Este trabalho analisa o lugar da comunicação no processo de produção e validação da medicina científica na Paraíba dos anos 1920. Para isto, focalizamos as interações entre a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba (SMCPB) e o jornal *A União*, cujas edições diárias foram a principal fonte analisada. Partindo principalmente das leituras de Latour (2009) e Knorr-Cetina (1999), compreendemos esta interação como uma relação de reciprocidade, em que não há uma imposição determinista de uma instituição sobre a outra: ciência e sociedade se retroalimentam, produzindo-se mutuamente. Ainda de acordo com a perspectiva destes autores, atentamos para o caráter contextual da produção científica, o que exige estudos sobre as condições específicas de produção e comunicação da ciência. Além destes referenciais, nos apropriamos da discussão de Roger Chartier (2002) sobre as representações sociais para compreender a construção da imagem pública da medicina científica na Paraíba dos anos 1920.

**Palavras-chave:** História da Paraíba; História da medicina; Comunicação da ciência.

### **1) Introdução – Diálogo silenciado: o lugar da comunicação na produção da ciência**

Nas últimas décadas, a comunicação tem despertado o interesse de estudiosos da ciência. Partindo de abordagens e objetos específicos, autores como Latour e Woolgar (1997), Knorr-Cetina (1999), Callon (1995), Shapin (2013) identificaram a íntima relação entre a produção, a comunicação e a validação do conhecimento científico.

A ciência moderna, que vem sendo constituída historicamente desde o século XVII (LATOUR, 2009, p. 33 – 34) é um empreendimento coletivo. A produção do conhecimento científico “depende de os resultados obtidos por cientistas individuais serem retomados por outros cientistas que se fundam neles e os desenvolvem” (KNORR-CETINA, 1999, p. 378).

Como nos apontam Latour e Woolgar (1997, p. 35 – 92) a “fabricação” de conhecimento em um laboratório depende de um trabalho “intertextual”: os equipamentos do laboratório produzem textos (na forma de imagens, gráficos, relatórios) que serão analisados pelos pesquisadores; estes baseiam suas formulações dialogando com escritos de outros cientistas; a equipe produz artigos que serão lidos por seus colegas de dentro e de fora do laboratório. E, dessa forma, o “fato científico” vai sendo “descoberto”, ou melhor, vai sendo construído com base em um processo de comunicação intertextual.

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da USP. E-mail: [leonardoqbf@hotmail.com](mailto:leonardoqbf@hotmail.com)

Na mesma linha de raciocínio, a validação e aceitação de uma teoria ou fato científico também dependem de um esforço de persuasão<sup>2</sup>. Nesse sentido, o cientista pode ser obrigado a utilizar sua capacidade de convencimento para “engajar” diferentes agentes em um projeto de pesquisa, fazendo-os colaborarem com a investigação científica (CALLON, 1995, p. 266 – 269)<sup>3</sup>. De semelhante modo, parte do trabalho no laboratório consiste em persuadir os colegas, de modo a transformar enunciados cientificamente construídos em fatos cientificamente aceitos (LATOURE e WOOLGAR, 1997, p. 68, 83 e 91).

Considerando esta dimensão coletiva da produção científica, a comunicação adquire importância em análises sobre a ciência. Para Knorr-Cetina (1999, p. 380) existe um forte vínculo entre pesquisa e comunicação na produção da ciência: “A comunicação infiltra a investigação, e é pelo menos tão relevante para ela como o é para as questões relativas ao gesto de tornar públicos os resultados; de fato, em algumas áreas, o discurso parece ser o banco de trabalho para a elaboração dos resultados científicos”, argumenta a autora<sup>4</sup>.

Ao produzir ciência, os pesquisadores se comunicam com seus pares o tempo todo, para refutá-los, persuadi-los ou apoiar-se neles. Ademais, a ciência moderna se baseia em processos coletivos de validação (SHAPIN, 2013, p. 95). Isto significa que, para validar suas “descobertas”, o cientista precisa dominar as técnicas de seu campo de trabalho, mas também convencer seus pares sobre a validade científica do que “descobriu”.

Nesse sentido, seja “(re)produzindo experimentos” ou “divulgando resultados” o pesquisador encontra-se inserido em uma rede sociotécnica<sup>5</sup> de produção do conhecimento,

---

<sup>2</sup> O papel da comunicação na produção da ciência remete à presença de estratégias de persuasão no discurso científico. Porém, a ciência não deve ser pensada como pura retórica: tendo como meta produzir um conhecimento comprovável cientificamente, os cientistas devem ter, no mínimo, a pretensão à verdade (CHALMERS, 1994, p. 116).

<sup>3</sup> No exemplo analisado por Callon (1995), um grupo de cientistas pesquisa alternativas para a reprodução sustentável de vieiras na baía de Saint Briec, França. Por meio de seus escritos, os pesquisadores constituem outros 3 atores fundamentais em seu empreendimento: as vieiras; os pescadores de Saint Briec; seus colegas cientistas. De acordo com Callon, o sucesso deste projeto dependeria da capacidade dos pesquisadores em “interessar” estes 3 atores tão diversos no empreendimento, “persuadindo-os” a colaborarem com a pesquisa científica.

<sup>4</sup> Além da comunicação oral e escrita, Knorr-Cetina (1999, p. 381 – 382) analisa a importância da comunicação não verbal na produção da ciência: “as amostras químico-biológicas, as sondas, as substâncias, os construtos biotecnológicos, os instrumentos técnicos (em física), e assim por diante, são trocados frequentemente entre laboratórios, e a comunicação encontra-se também incorporada no trânsito dos cientistas entre diferentes laboratórios”.

<sup>5</sup> Empregamos este conceito conforme Latour (2009, p. 11 – 13). Ele critica a ideia de pureza criada pela modernidade, um dos sustentáculos da ciência moderna. Nesse sentido, define a experiência moderna pela interação constante e variável entre diferentes elementos: a natureza, a técnica, a ciência, os discursos, a linguagem, a política, a sociedade, etc. Esta interação, esta “mistura” entre diversas instâncias, constitui uma formação híbrida (natural, social, discursiva) que Latour chama de rede sociotécnica. Para ele, como para nós, a ciência moderna não está fora destas redes, sendo sua “pureza” uma construção histórica.

onde a comunicação é tão importante para a validação de seus enunciados quanto os demais procedimentos metodológicos da sua ciência.

Mesmo considerando suas particularidades, o que estes estudos sobre a ciência têm em comum é chamar a atenção para o caráter social da produção científica. O “fato científico” não está à espera de um gênio para ser “descoberto”. Uma teoria científica surge a partir de uma interação multifacetada e indeterminada entre o pesquisador, seus pares, a sociedade e os não-humanos que o cercam. Trata-se então de resultado complexo e provisório, construído com base em operações técnicas, estratégias discursivas e relações sociais.

Partindo destas reflexões, discutiremos a seguir o lugar da comunicação no processo de construção e legitimação da medicina científica na Paraíba<sup>6</sup> dos anos 1920. Para tanto, analisaremos a circulação de enunciados médicos na imprensa local, focalizando especificamente o forte vínculo entre a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba<sup>7</sup> (SMCPB) e o jornal *A União*. Ao estudar a ciência em um contexto particular, buscamos atender à demanda por estudos que problematizem as condições específicas de produção e comunicação do conhecimento (HOCHMAN, 2002, p. 222). Interagindo com tais referenciais teóricos, a questão que articula o presente trabalho é: por que a SMCPB se empenhou tanto em divulgar a “ciência médica” ao público leigo por meio da imprensa não-especializada? A seguir, oferecemos algumas possibilidades de reflexão sobre este problema.

## 2) Metodologia – Localizando os personagens: interações entre a SMCPB e A União

A história que narramos neste texto passa necessariamente pelo cotidiano de instituições produtoras de saber e poder. Estes espaços institucionais são formados por pessoas de “carne e osso”, situadas em um tempo e espaço, participantes de relações sociais específicas<sup>8</sup>. Isto significa que os indivíduos que formam uma instituição interagem nela, com ela, e com outros espaços e agentes sociais. Embora exista certo grau de padronização dos comportamentos, as interações institucionais são realizadas em um campo de indeterminação e de negociação constante e variável. Assim, quando abordamos as articulações entre a

---

<sup>6</sup> Nos anos 1920, Parahyba era o termo utilizado para se referir tanto ao estado quanto a sua capital, que passou a ser chamada de João Pessoa em 1930. Para tornar a leitura mais clara, quando empregarmos o termo Paraíba, estaremos nos referindo ao estado. Já quando estivermos falando especificamente da capital, usaremos a expressão cidade da Parahyba.

<sup>7</sup> De agora em diante SMCPB.

<sup>8</sup> Tal como Shapin (2013) anuncia em seu trabalho “Nunca pura. Estudos históricos de ciências como se fora produzida por pessoas com corpos, situados no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade e que se empenham por credibilidade e autoridade”.

SMCPB e o jornal *A União* estamos falando de relações sociais condicionadas por múltiplos fatores, e não de uma mera transposição de projetos e práticas institucionais.

A SMCPB foi fundada em maio de 1924<sup>9</sup>. As articulações para a sua criação foram tecidas por médicos que atuavam na Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. De acordo com Nóbrega (1979, p. 115), a ideia partira dos clínicos Lourival Moura, Seixas Maia e Flávio Maroja. Instituição de saúde mais antiga do estado – atuante desde o século XVIII – e que congregava importantes figuras da medicina local, o Hospital da Santa Casa foi um espaço decisivo para a concretização do projeto.

A rotina hospitalar possibilitava aos médicos a troca de experiências e o partilhar de saberes. Mesmo um hospital caritativo como a Santa Casa de Misericórdia contribuía para a formação dos médicos e a produção coletiva de conhecimentos. A este respeito, concordamos com Caponi (2000, p. 58), quando esta argumenta que “Os pobres se tornam objeto de conhecimento e de intervenções médicas, no momento em que suas dores se transformam em espetáculo que o olhar da clínica poderá compreender e utilizar em seu benefício”.

A atuação na Santa Casa permitiu aos idealizadores da SMCPB encontrarem-se diariamente, conversar sobre medicina, trocar experiências sobre terapêutica e profilaxia, refletir sobre sua profissão, sentir as demandas e os problemas da saúde pública e angariar credibilidade profissional junto à sociedade. É nesse sentido que compreendemos a afirmação de Castro (1945, p. 358) para quem “Foi no velho Hospital da Misericórdia que se fundou a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba”.

Como mostramos em outro estudo<sup>10</sup>, os primeiros anos da entidade foram fortemente marcados pela tema da legitimidade. Analisando as interlocuções da SMCPB neste período, pode-se observar seu empenho em angariar credibilidade e legitimar a medicina científica entre os diversos grupos sociais. Neste projeto de consolidação institucional, destacou-se o vínculo entre a SMCPB e o jornal *A União*.

Trabalhando com Latour (2009), consideramos estar diante de uma rede sociotécnica estruturada a partir das interações entre a associação médica e o referido jornal. Com efeito, as diversas produções da SMCPB publicadas por *A União* – artigos especializados, textos de conferências médicas, pareceres técnicos, fiscalização de serviços médicos, notícias sobre eventos, convocações para reuniões, etc. – formam uma rede de discursos técnicos e políticos.

---

<sup>9</sup> Para uma análise mais pormenorizada da fundação desta instituição, Cf. Santos (2015, p. 121 – 122).

<sup>10</sup> A este respeito, Cf. o Capítulo II de Santos (2015), “Pela sociedade e pela medicina: a atuação da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba como espaço de institucionalização do campo médico”.

Por meio dela, o conhecimento médico construído na SMCPB circulava socialmente. Ao divulgar as ações da entidade, *A União* difundia a *representação*<sup>11</sup> de uma corporação médica “útil”, “unida” e “científica”. A rede constituída pelas interações entre associação e jornal comunicava o saber médico, legitimando-o perante o público leitor. Para entender melhor esta rede de comunicação da ciência, é oportuno falar sobre o seu outro agente, o jornal *A União*.

*A União* foi fundado em 1893. Sua primeira edição é de 02 de fevereiro daquele ano. Editado na capital João Pessoa, é o mais antigo jornal paraibano em circulação. Esta longa permanência – ao mesmo tempo em que alguns impressos importantes estão encerrando suas atividades<sup>12</sup> – talvez possa ser pensada à luz das motivações que suscitaram a criação deste periódico e sua circulação ao longo dos anos.

Este jornal foi criado no governo de Álvaro Lopes Machado, presidente<sup>13</sup> da Paraíba em dois mandatos: de 1892 a 1896, e de 1904 a 1905. Articulador da oligarquia *Alvarista*, que dominou a política local nos primeiros anos da República, ele encontrou na imprensa um meio de “vencer” as disputas políticas pelo controle da comunicação.

Em texto sobre a história de *A União*, Luiz Gonzaga Rodrigues<sup>14</sup> comenta o relevante papel do jornal na formação política e social de boa parte dos paraibanos no início do século XX<sup>15</sup>. Na mesma linha de argumentação, lembra que o jornal era o principal meio de informação e formação da sociedade paraibana, sobretudo, mas não exclusivamente, de suas elites com acesso à cultura escrita.

Fundado como jornal oficial, financiado pelo erário e dirigido por funcionários públicos nomeados em comissão, *A União* fora projetado para ser o principal canal de

---

<sup>11</sup> Trabalhamos as representações sociais construídas e comunicadas através da rede entre a SMCPB e *A União* a partir do pensamento de Roger Chartier (2002, p. 13 – 28). Isto significa pensar os produtos desta interação como discursos e práticas que têm por objetivo a construção imagética do mundo social.

<sup>12</sup> Além do fechamento de alguns jornais, uma prática que tem se tornado comum é a migração de periódicos para suportes digitais. O *Jornal da Paraíba*, por exemplo, um dos órgãos de maior mercado no estado, encerrou sua circulação impressa em 2016, migrando para o formato digital. Diferentemente, embora também circule em meio digital, *A União* permanece com sua versão diária impressa.

<sup>13</sup> Também foi senador em dois mandatos: de 1897 a 1904, e de 1906 a 1912. No intervalo entre os dois, elegeu-se novamente presidente e logo em seguida renunciou ao cargo para fazer governante o Monsenhor Walfredo Leal, seu braço direito na montagem da oligarquia *Alvarista*. Dessa forma, conseguiu deixar um aliado no governo do estado e voltar para o Senado. Do Rio de Janeiro, continuou dando as cartas na política local. Walfredo Leal governou o estado entre 1905 e 1908, sendo sucedido pelo irmão de Álvaro Lopes Machado, o médico João Lopes Machado, cujo mandato se estendeu até 1912. Neste ano, a morte de Álvaro Lopes Machado foi o marco que deu início ao declínio da oligarquia *Alvarista*, dominante na política paraibana dos primeiros anos da República.

<sup>14</sup> Cf. RODRIGUES, Luiz Gonzaga. “Uma viagem no tempo. Surgimento de *A União*”. Disponível em <http://auniao.pb.gov.br/nossa-historia/a-uniao-uma-viagem-no-tempo>. Acesso em 01 ago. 2017.

<sup>15</sup> Este aspecto também foi comentado em estudos recentes sobre *A União*, a exemplo de Sousa Júnior (2015, p. 16) e Batista (2016, p. 13).

comunicação do governo com a sociedade paraibana. Entendemos, porém, que esta era uma intenção secundária. A principal força por trás da criação do jornal parece ter sido o desejo de articular as elites locais em apoio ao governo estadual.

Assim, o grupo formado em torno do presidente pensou ser possível suplantar as disputas locais controlando a narrativa política. Isto seria feito mediante um meio de comunicação com forte penetração social, sobretudo entre as classes dominantes. Para tanto, a circulação do novo jornal teria de ser a mais constante e ampla possível, o que seria assegurado pela estrutura técnica e financeira do Estado. Na trilha deste papel conformador das elites locais, desempenhado por *A União*, Luiz Gonzaga Rodrigues ainda observa:

Funda-se o jornal [*A União*] na pretensão de harmonizar as diversas correntes que disputavam, historicamente, a concentração da riqueza e do poder e cujos atores mudavam, a partir daí, de *barões* para *coronéis*. Atribuía-se à imprensa poderes suficientes para isto. Para o bem ou para o mal, era a única tribuna para onde confluíam todas as informações e opiniões. Fora da imprensa, era o boato ou o púlpito, este um privilégio da Igreja<sup>16</sup>.

Naturalmente, não é correto limitar *A União* a este objetivo político. Também é pouco provável que o jornal fosse lido somente por membros das elites locais. Ao analisar seções como a de anúncios e de “Cartas à Direção”<sup>17</sup>, podemos afirmar que *A União* também se comunicava com outros sujeitos sociais que tinham acesso à cultura escrita. Mesmo assim, fica muito claro que a linha editorial do jornal era intimamente atrelada aos projetos do governo estadual. E isto foi a tônica do periódico, pelo menos desde a sua fundação até os anos 1930, para não generalizarmos demais<sup>18</sup>.

O certo é que esta “intimidade com o poder” conformou as funções sociais desempenhadas por *A União*. Tendo em vista o argumento deste trabalho, ressaltaremos duas funções. Em primeiro lugar, fica claro o papel deste jornal na divulgação das ações do governo do estado, uma espécie de “prestação de contas” ao público leitor. Em segundo lugar, e mais importante para os nossos objetivos, *A União* comunicava a visão do Estado sobre os mais variados assuntos, desde política até medicina.

Especialmente por esta segunda função, aparecer nas páginas de *A União* significava para a SMCPB não só a oportunidade de se comunicar com os leitores: representava também

<sup>16</sup> Cf. RODRIGUES, Luiz Gonzaga. “Uma viagem no tempo. Surgimento de *A União*”. Disponível em <http://auniaio.pb.gov.br/nossa-historia/a-uniao-uma-viagem-no-tempo>. Acesso em 01 ago. 2017.

<sup>17</sup> Durante o nosso recorte, *A União* não mantinha uma seção com este título. Mas eram frequentes as cartas e textos publicados pelo jornal a pedido de algum leitor, “ilustre” ou não. Assim, decidimos reunir estes textos sob a categoria “Cartas à Direção” por ser esta a forma mais empregada pelo próprio jornal na titulação dos mesmos.

<sup>18</sup> Este período foi por nós estudado durante pesquisa de Mestrado em História (SANTOS, 2015).

o respaldo do Estado para a sua atuação. Neste ponto, lembremos a reflexão feita pelas historiadoras Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2008, p. 08) sobre a imprensa ser, ao mesmo tempo, objeto e sujeito da história brasileira: jornais como *A União* não apenas “informam” o que aconteceu. Em certo sentido, eles também “produzem” acontecimentos, fabricam imaginários, normatizam comportamentos, operam exclusões, constroem legitimidade. No caso específico da interação entre a SMCPB e *A União*, a comunicação da medicina científica produzia o efeito de legitimar esta prática como a autêntica representante do Estado na esfera da saúde.

Analisando as circunstâncias que possibilitaram esta interação entre a SMCPB e *A União*, podemos discutir dois aspectos: um social, outro político. O primeiro diz respeito à constituição da medicina social na Paraíba. Seguindo a definição de Machado et al. (1978, p. 154 – 155), a medicina social pode ser pensada a partir de dois elementos: sua intervenção nas questões sociais; sua constituição como ponto de apoio para o exercício do poder do Estado. Esta “intimidade com o poder”, torna a medicina social uma “medicina política”

[...] tanto pelo modo como intervém na sociedade e penetra em suas instituições, como pela sua relação com o Estado. Ela precisa do Estado para realizar seu projeto de prevenção das doenças da população. Sem instrumento de poder próprio ela é ineficaz e vã. E, ao mesmo tempo, ela é útil ao Estado por ser um instrumento especializado capaz de assumir com ele e por ele as questões relativas à saúde, trazendo-lhe o apoio de uma ciência. E a medicina social nascente, lutando por sua hegemonia no Estado, se desenvolve juntamente com a ideia de centralização política, participando assim da própria luta pela constituição de um Estado centralizado (MACHADO et al., 1978, p. 242 – 243).

O argumento de Machado et al. (1978, p. 157 – 158) é de que a partir do século XIX o saber médico tornou-se indispensável para o exercício do poder político no Brasil. Isto porque o Estado assumiu a tarefa de organizar e propiciar as condições de vida necessárias à produtividade de seus cidadãos, criando assim a necessidade de um controle social contínuo. Surgiu então um processo de medicalização social, do qual a medicina participou normalizando a sociedade no que concerne à saúde. No mesmo processo, surge um “Estado epistemológico”, cuja intervenção sobre o social se apoia nos enunciados técnico-científicos. Deste modo, a medicalização social une Estado e medicina em uma interação mútua de fortalecimento: enquanto o governo fornece as estruturas para a medicina penetrar na sociedade, ela lhe garante o respaldo técnico-científico para o exercício do poder político<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Todavia, como argumenta Machado et al. (1978, p. 157), a interlocução entre medicina e política não configura uma relação de sobreposição ou de apropriação mecânica. O que surge é uma interação recíproca, mediante a qual política e ciência se retroalimentam: o saber médico viabiliza o exercício do poder estatal.

Na Paraíba, é possível mapear o surgimento da medicina social desde as últimas décadas do século XIX<sup>20</sup>. Nos anos 1920, esta interação recíproca entre um Estado epistemológico e uma medicina social se torna mais evidente, pois deixa de estar restrita a legislações e mensagens presidenciais<sup>21</sup> e começa a invadir as páginas da imprensa diária. É nessa perspectiva que analisamos o amplo espaço que a SMCPB ocupou no jornal *A União*: como um indício dos vínculos recíprocos entre o saber médico e o Estado, elemento marcante na constituição da medicina social.

Ao divulgar a fala médica na imprensa oficial, o Estado promovia a medicalização da sociedade, de inegável contribuição para a legitimação da medicina. Por seu turno, ao ocupar as páginas de *A União* a SMCPB ampliava o “audatório” daqueles que validariam a sua ciência. Além disso, também apresentava ao público as “provas” de que o Estado autorizava suas “prescrições”, pois do contrário não lhe daria espaço no jornal oficial. Assim, a comunicação da medicina científica por *A União* foi mediada por este projeto de medicalização social que permitiu ao Estado e à medicina ampliarem sua penetração na sociedade. Isto permitiu legitimar uma “medicina científica oficial” como detentora do saber e do poder no campo da saúde.

Além desta circunstância social, um aspecto político também abriu as portas de *A União* para a SMCPB. Flávio Maroja, um dos principais líderes e articuladores da entidade nos anos 1920, era vice-presidente da Paraíba quando da fundação da SMCPB: entre 1920 e 1924 ocupou o cargo no governo de Solon de Lucena. Ambos integravam a oligarquia comandada por Epitácio Pessoa – fortalecido após ser presidente da República entre 1919 e 1922 – que então dava as cartas na política paraibana (GURJÃO, 1999, p. 61).

Flávio Maroja<sup>22</sup> construiu sua reputação como médico atuando em diversas instituições de saúde: foi chefe do serviço de saúde do Porto da capital; diretor do Instituto Vacinogênico da Paraíba; médico da Santa Casa de Misericórdia. Também angariou credibilidade junto a órgãos da imprensa: periodicamente, escrevia e concedia entrevistas sobre os mais diversos temas, de medicina à política, para os mais importantes periódicos da

---

enquanto este, por meio do aparelho de Estado, constrói as condições necessárias para a medicalização da sociedade, inclusive legitimando a medicina através dos meios de comunicação oficiais.

<sup>20</sup> Para uma visão mais pormenorizada deste processo, Cf. Santos (2015, p. 97 – 103).

<sup>21</sup> Acerca da presença do discurso médico na legislação estadual e nas mensagens apresentadas pelos presidentes da Paraíba à Assembleia Legislativa do estado, Cf. Santos (2015), especialmente o Capítulo I “Uma história possível de uma ‘certeza’ construída historicamente: o poder médico sob suspeita”.

<sup>22</sup> Sobre a trajetória pública de Flávio Maroja, Cf. Soares Júnior (2011, p. 76 – 109) e Castro (1945, p. 177 – 188), nos quais nos baseamos para estes breves comentários.

Paraíba, tais como a *Revista Era Nova*<sup>23</sup>, o jornal católico *A Imprensa*<sup>24</sup> e o próprio *A União*. Foi ainda sócio fundador e presidente<sup>25</sup> do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP).

Mesmo evitando as armadilhas da história dos grandes homens, é inegável a inserção de Flávio Maroja nos meios de comunicação, nos círculos de produção cultural, na arena política e no campo científico local. Este “bom trânsito” institucional devia-se às relações de poder e às posições estratégicas que ocupou durante sua trajetória pública (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 80). Por isso, Maroja foi um importante intermediário<sup>26</sup> entre o Estado epistemológico e a medicina científica, ou mais precisamente entre *A União* e a SMCPB.

Deste modo, a forte presença da SMCPB no jornal *A União* demonstra a interação entre ciência/sociedade e medicina/política na produção, comunicação e validação do conhecimento científico. Dito isto, é importante analisar de modo mais pontual como esta comunicação da medicina científica aparece nas páginas de *A União*.

### 3) Resultados e discussões – Da interação à comunicação: a medicina científica da SMCPB nas páginas de *A União*

Sobretudo nos primeiros anos da SMCPB, *A União* enfatizou o caráter científico<sup>27</sup> da associação. Assim, o jornal ajudou a construir a imagem da entidade como produtora e detentora do conhecimento científico sobre a saúde. Tendo em vista as interações anteriormente analisadas, podemos ler a presença da SMCPB em *A União* como uma forma de comunicar e, assim, legitimar socialmente a medicina científica<sup>28</sup>.

Há um esforço de *A União* em representar a SMCPB como um espaço de produção científica. São comuns referências ao “inestimável benefício de systematicas pesquisas e

<sup>23</sup> A *Revista Era Nova* circulou entre 1921 e 1926, sendo editada inicialmente na cidade de Bananeiras. Já em 1921 passou a ser produzida na cidade da Parahyba. Direcionada às elites, possuía caráter noticioso e literário, tendo se notabilizado pela divulgação dos ideais da modernidade (SANTOS, 2015, p. 41 – 42).

<sup>24</sup> O jornal *A Imprensa* era dirigido pela Igreja Católica. Circulou na Paraíba entre 1897 e 1968. Sua linha editorial pautava-se na defesa da doutrina e dos princípios da Igreja, além de divulgar normas de conduta e comportamento alicerçados na tradição católica (SANTOS, 2015, p. 41).

<sup>25</sup> Em dois períodos: de 1907 a 1908, e de 1909 a 1932, quando foi eleito Presidente de Honra da Instituição (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 84).

<sup>26</sup> É provável que existissem outros. Mas a análise das fontes e da bibliografia sobre o tema nos permite identificar Maroja como o principal intermediário entre a ciência e o Estado paraibano nos anos 1920.

<sup>27</sup> É oportuno lembrar que a aproximação com a ciência foi um elemento decisivo para tornar a medicina ocidental “poderosa” (BASTOS, 2006, p. 71).

<sup>28</sup> Outra estratégia de legitimação utilizada pela interação SMCPB e *A União* foi apresentar a entidade como uma associação de utilidade pública, que “sempre” atuava em prol do bem coletivo. Como o nosso foco neste texto é a comunicação da ciência, sugerimos ao leitor que desejar uma visão mais detalhada deste segunda estratégia consultar o Capítulo II de Santos (2015), sobretudo o item 2.2 “A ciência a serviço do ‘bem-estar coletivo’: a SMCPB como instituição de ‘utilidade pública’” (p. 139 – 161).

observações científicas”<sup>29</sup> que a entidade traria à sociedade. Em novembro de 1924, o jornal veiculou um relatório que informava o “movimento científico e social” da SMCPB<sup>30</sup>. Constam do relatório as comunicações feitas pelos membros da entidade naquele ano. Os trabalhos apresentados abordavam temas de saúde pública e atividade clínica, articulando discussões bibliográficas e estudos de caso<sup>31</sup>. Entre eles, destacam-se discussões sobre a “Assistencia a alienados na Parahyba”, estudos sobre a “Prophylaxia da Febre Amarella”, análises dos resultados obtidos pela “Vaccinação e revaccinação Jenneriana”, e pareceres sobre as “necessidades e vantagens” da criação de escolas ao ar livre “como medida prophylatica contra a tuberculose infantil”. Além disso, a notícia enaltece os “Brilhantes discursos de posse de novos sócios, quasi todos versando sobre assumptos científicos”<sup>32</sup>.

Além de representar a SMCPB como um espaço de produção científica, *A União* também publicou algumas atas de suas reuniões. Neste caso, destaca-se a divulgação de debates sobre casos clínicos considerados “curiosos” e, por isso, “dignos de estudo”. É interessante notar que nestas publicações o jornal transcreve na íntegra o discurso técnico e especializado do médico, inclusive com detalhamento de exames clínicos e laboratoriais<sup>33</sup>, discussões sobre etiologia, sintomatologia, terapêutica e profilaxia de doenças, junto com longas citações de autores estrangeiros<sup>34</sup> e apreciações sobre novos medicamentos<sup>35</sup>. Assim, percebe-se a intenção de vincular a SMCPB aos “rigores” da ciência.

Por exemplo. Em 11 de agosto de 1928, a primeira página de *A União* trouxe a íntegra de um debate ocorrido na SMCPB sobre um novo remédio contra a tuberculose. Preconizado “pelo dr. Cunha Mello” em uma “comunicação feita à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro”, mas ainda pouco testado e, por isso, não dispondo de resultados “comprovados”, tal medicamento foi “condenado” pelo médico Oscar de Castro como uma “charlatanice das muitas que se atravessam em meio às pesquisas orientadas por um criterio rigorosamente científico, em pról da saúde do povo”<sup>36</sup>. Já Seixas Maia, outro médico envolvido no debate, afirmou que “em medicina toda precipitação é nociva”, e que não era científico “condemnar

<sup>29</sup> *A União*, “Sociedade de Medicina da Parahyba”. 25 de abr. 1924.

<sup>30</sup> *A União*, “Sociedade de Medicina e Cirurgia”. 15 de nov. 1924.

<sup>31</sup> Infelizmente não conseguimos fazer uma discussão mais aprofundada destes trabalhos, pois na documentação de que dispomos encontramos apenas breves sínteses dos mesmos.

<sup>32</sup> *A União*, “Sociedade de Medicina e Cirurgia”. 15 de nov. 1924.

<sup>33</sup> Cf. *A União*, “Sociedade de Medicina e Cirurgia”. 09 de jul. de 1924.

<sup>34</sup> Cf. *A União*, “Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba”. 02 de set. de 1924.

<sup>35</sup> Cf. *A União*, “Na Sociedade de Medicina e Cirurgia – O ‘hemo-sôro-chlorêto’ no tratamento da tuberculose pulmonar”. 11 de ago. de 1928.

<sup>36</sup> *A União*, “Na Sociedade de Medicina e Cirurgia – O ‘hemo-sôro-chlorêto’ no tratamento da tuberculose pulmonar”. 11 de ago. de 1928.

aprioristicamente” o novo medicamento “sem um período aconselhável de experimentação”<sup>37</sup>. Tanto em Castro quanto em Maia, apesar de posições contrárias, encontramos uma ênfase semelhante: as discussões da SMCPB baseavam-se nos rigores e avanços da ciência.

A interação entre o jornal do Estado e a SMCPB também se esforçou em mostrar que a corporação médica estava atualizada com os avanços científicos da medicina. Nesse sentido, conferências realizadas por médicos de renome nacional, a convite da SMCPB, eram amplamente saudadas e divulgadas por *A União*. O jornal inclusive convidava a “sociedade em geral” para participar destes “grandes eventos”.

Foi o que aconteceu, por exemplo, quando a SMCPB recebeu o médico mineiro Belisário Penna, apresentado ao público por Flávio Maroja como “um precursor e um propagandista servido de invulgar mentalidade científica” dos ideais de higiene e saneamento no Brasil<sup>38</sup>. Ou então quando a entidade convidou os leitores de *A União* a participarem da conferência do médico Leoncio Pinto. Professor da Faculdade de Medicina da Bahia, ele apresentaria um trabalho sobre “anatomia pathologica”, cujo nível de especialização estava implícito no próprio título: “Da lymphogranulomatose maligna e benigna”. Repercutindo a palestra, *A União* observou que o professor Leoncio Pinto conseguiu “manter intenso o interesse do auditório, mesmo dos ouvintes não iniciados na tecnologia medica, pela clareza de sua palavra, illustrada com o relato de observações e pesquisas de inconfundível merito e originalidade scientifica”<sup>39</sup>.

Mesmo considerando o eventual exagero de *A União* sobre a presença e atenção do público leigo, não podemos negligenciar a representação da SMCPB como um espaço de produção e circulação da ciência. Por isto a ênfase no caráter técnico da entidade, que buscava apoiar-se nos “rigores” e “progressos” médicos da época. Mesmo que esta não fosse a intenção dos editores do jornal, tais notícias construíram a imagem pública da SMCPB como uma entidade formada por “homens de ciência”, que estudavam, discutiam e produziam “medicina científica” no interior de sua corporação.

Outro aspecto que chama a atenção é esta vontade de visibilidade pública que marcou os primeiros anos da SMCPB. Para compreendê-la, é importante lembrar que no começo de

---

<sup>37</sup> Idem, 1928.

<sup>38</sup> *A União*, “Dr. Belizario Penna – Falando a um redactor desta folha, o illustre hygienista nos transmite suas impressões da Parahyba – Sua recepção na Sociedade de Medicina e Cirurgia – A palestra de hoje no cinema Rio Branco”. 03 de abr. 1927.

<sup>39</sup> *A União*, “A recepção do dr. Leoncio Pinto na Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba – A conferência do illustre professor de anatomia pathologica”. 20 de set. 1927.

suas atividades as associações profissionais normalmente necessitam de reconhecimento social. Deste modo, podemos analisar melhor o contentamento do então presidente da SMCPB, Velloso Borges, ao notar “a presença de alguns alunos do Lyceu Parahybano que se dignaram de comparecer à sessão” da entidade<sup>40</sup>.

Este desejo de visibilidade também ajuda a explicar os convites veiculados por *A União* para que a sociedade paraibana prestigiasse as atividades públicas organizadas pela associação. Além das conferências com médicos de renome nacional, destacam-se os congressos médicos. O espaço reduzido deste trabalho não nos permite aprofundar esta discussão. Mas é importante registrar que eventos como a “Semana Medica” e o “Triduo Anti-Alcoolico”<sup>41</sup> – ambos realizados em 1927 – tiveram suas sessões abertas ao público. Além disso, foram insistentemente representados como “eventos científicos” por *A União*, que os divulgou e repercutiu amplamente. A publicização destes congressos intensificava a comunicação da medicina científica, possibilitada pela interação entre SMCPB e *A União*.

Esta publicização da medicina científica era importante para a sua legitimação social. A comunicação deste saber possibilitava múltiplas leituras. Porém, a presença insistente da SMCPB nas páginas de *A União* servia, no mínimo, para atestar o reconhecimento estatal e angariar credibilidade social para a medicina científica. Como argumenta Lana (2006), publicar discussões e trabalhos desenvolvidos dentro de associações científicas, a maioria de alto teor especializado, era uma estratégia de legitimação social da entidade e da própria ciência. Assim, à medida que mais pessoas tomassem conhecimento das atividades realizadas pela instituição, maior a chance de que a ciência produzida por seus integrantes fosse reconhecida como importante para a sociedade (LANA, 2006, p. 52 – 53). Para o nosso caso, esta relação entre comunicação e validação do saber torna-se ainda mais clara quando se nota que a cobertura de *A União* sobre a SMCPB era extremamente enaltecedora.

#### 4) Considerações finais

Por que a SMCPB se empenhou tanto em divulgar a “ciência médica” ao público leigo? Sem pretender esgotar a questão, sugerimos a seguir três aspectos que ajudam a problematizá-la. É bom esclarecer desde já que eles não esclarecem a pergunta se pensados isoladamente. Além disso, dizem respeito à experiência histórica específica analisada neste

---

<sup>40</sup> *A União*, “Sociedade de Medicina e Cirurgia”. 09 de jul. 1924.

<sup>41</sup> Para uma análise detalhada destes congressos médicos, Cf. Santos (2015, p. 152 – 159; p. 186 – 239).

trabalho: sua generalização é “problemática”, no sentido de que exige reflexão sobre o caráter contextual da produção científica.

O primeiro aspecto que nos ajuda a iluminar a questão é a inexistência de periódicos especializados em medicina durante o nosso recorte. O primeiro deste tipo na Paraíba foi a revista *Medicina*. Produzida pela própria SMCPB, seu primeiro número é de junho de 1932<sup>42</sup>. Ela era editada pela Imprensa Oficial, mesmo órgão que publicava *A União*, indicando que as interações entre Estado e medicina permaneciam fortes. Pouco ainda se sabe sobre as motivações e o contexto específico que levou a SMCPB a iniciar a publicação de *Medicina*. No primeiro texto do periódico, intitulado *A nossa revista*, Flávio Maroja sugere uma pista interessante: após os primeiros anos de intensa atividade, “Não tardou, porém, – como é natural em todas as agremiações – que alguns dos seus membros fôssem perdendo o entusiasmo ou interesse pela Sociedade, e do seu seio se afastassem”<sup>43</sup>.

O desengajamento progressivo da SMCPB não é a única explicação possível para a criação de sua revista. Pode ser que o novo veículo seja indício de uma medicina mais especializada e menos dependente de reconhecimento externo (SHAPIN, 2013, p. 116), ademais favorecida por condições materiais mais propícias a tal empreendimento editorial. Mas voltando à nossa questão, o certo é que a inexistência de periódico especializado nos anos 1920 levou os médicos da SMCPB a comunicarem sua ciência em um veículo de maior penetração social, portanto de outro gênero narrativo e com formato muito diferente, o que provavelmente condicionou o tipo de discurso veiculado.

Contudo, a inexistência de periódico especializado não esclarece, sozinha, a comunicação da ciência através de *A União*. O segundo aspecto que nos ajuda a pensar a questão já foi discutido anteriormente: a articulação entre Estado e medicina científica tendo como meta o projeto de medicalização da sociedade. Já o terceiro aspecto está relacionado ao contexto específico da medicina paraibana nos anos 1920. Naquela década a hegemonia da medicina científica não estava “resolvida” na Paraíba. É o que se pode depreender do discurso do médico Tito de Mendonça em sua posse como membro da SMCPB:

Sei que o problema é difícil de resolver, não só devido ao charlatanismo que aqui impera, como também ao meio que ainda não bem compreende o que é o medico. Todos nós sabemos que o doente só nos chega às mãos depois de ter percorrido a escola dos charlatães, desde o ignorante que convence da excellencia dos chás

<sup>42</sup> De acordo com Nóbrega (1979, p. 120 – 121) a revista *Medicina* circulou até o final dos anos 1950.

<sup>43</sup> MAROJA, Flávio. “A nossa revista”. In: **Medicina** – Órgão da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, ano 1, n. 1, junho de 1932.

caseiros, da enxundia de galinha, do sêbo de carneiro e das benzeduras contra o *mão olhado*, até o instruído que tudo receita<sup>44</sup>.

Considerando que este “diagnóstico” partia de uma integrante da SMCPB, não se pode negligenciar que a disputa pelo monopólio da saúde era um problema que inquietava os médicos paraibanos na década de 1920. Nesse sentido, comunicar a medicina científica mediante um veículo com maior penetração social que a revista especializada foi uma prática da SMCPB na disputa pelo monopólio da saúde. A ideia parecia ser validar a medicina por sua maior presença na sociedade.

Ao longo do texto, empregamos a expressão “interação entre *A União* e a SMCPB”, por acreditarmos que não se tratava de uma relação de sobreposição, mas sim de mutualidade, impedindo a hierarquização de seus atores. Da mesma forma, não devemos hierarquizar nem isolar os aspectos que nos ajudam a analisar esta interação: as três possibilidades explicativas discutidas acima só fazem algum sentido quando pensadas de forma articulada. Ao comunicar a medicina científica, a rede formada pela interação entre *A União* e a SMCPB colaborou para a progressiva legitimação do médico e do seu saber na Paraíba. Fruto de uma relação entre ciência, Estado e imprensa, esta legitimidade social da medicina foi edificada, entre outras coisas, com páginas de jornal.

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, Liana Albernaz de Melo. “A construção do mundo médico”. In: **Corpo e subjetividade na medicina: impasses e paradoxos**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006, p. 69 – 117.
- BATISTA, Maria Rafaella Porto. **O arquivo do jornal *A União* como lugar de memória da sociedade paraibana**. João Pessoa: Monografia (Bacharelado em Arquivologia) – UEPB/CCBSA, 2016.
- CALLON, Michel. “Algunos elementos para una sociología de la traducción: la domesticación de las vieiras y los pescadores de la Bahía de Saint Brieuc”. In: IRANZO, Juan Manuel et al. (org.). **Sociologia de la ciencia y la tecnologia**. Madrid: CSIC, 1995.
- CAPONI, Sandra. **Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.
- CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba: flagrantes da sua evolução**. João Pessoa-PB: A União, 1945.

---

<sup>44</sup> *O Jornal*, “Sociedade de Medicina e Cirurgia – A sua sessão de 5 do mês p. passado – A posse do dr. Tito de Mendonça, seu discurso de agradecimento e o de recepção do nosso illustre collaborador dr. José Maciel”. 06 de nov. 1924. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em 08 ago. 2017.

- CHALMERS, Alan. **A fabricação da ciência**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Editora UNESP, 1994.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. 2º Ed. Lisboa: DIFEL, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana (1889 – 1945). In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. et al. **Estrutura de Poder na Paraíba**. v. 4. João Pessoa: EDUFPB, 1999, p. 53 – 95.
- HOCHMAN, Gilberto. “A Ciência entre a Comunidade e o Mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina”. In: PORTOCARRERO, Vera (org.). **Filosofia, História e Sociologia das Ciências I: abordagens contemporâneas**. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, p. 199 – 231.
- KNORR-CETINA, Karin. “A comunicação na ciência”. In: GIL, Fernando (org.). **A ciência tal qual se faz**. Tradução Paulo Tunhas. Lisboa: Ed. João Sá da Costa, 1999.
- LANA, Vanessa. **Uma associação científica no “interior das Gerais”**: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) – 1889-1908. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006. Disponível em [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=31343](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=31343). Acesso em 07 ago. 2017.
- LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- LATOUR, Bruno. **Jamais formos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução Carlos Irineu da Costa. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2009.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Tradução Ângela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- MACHADO, Roberto. et al. **Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- NÓBREGA, Humberto. **As raízes das ciências da saúde na Paraíba: medicina, farmácia, odontologia e enfermagem**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1979.
- SÁ, Lenilde Duarte de. et al. Práticas terapêuticas e praticantes de cura na cidade da Parahyba – 1889 a 1920. **História da Enfermagem – Revista Eletrônica**, Brasília, v. 2, n. 2, ago./dez. 2011. Disponível em <http://www.here.abennacional.org.br/here/vol2num2artigo10.pdf>. Acesso em 08 ago. 2017.

SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freire dos. **Entre a ciência e a saúde pública: a construção do médico paraibano como reformador social (1911 – 1929)**. Campina Grande: Dissertação (Mestrado em História) – UFCG/CH, 2015. Disponível em <http://www.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/index.php/processo-seletivo/category/8-dissertacoes-2015?limitstart=0>. Acesso em 31 jul. 2017.

SHAPIN, Steven. **Nunca pura**. Estudos históricos de ciências como se fora produzida por pessoas com corpos, situados no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade e que se empenham por credibilidade e autoridade. Tradução Erick Ramalho. Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora, 2013.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)**. João Pessoa: Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, 2011.

SOUSA JÚNIOR, Fábio Santiago de. **Relatório de estágio desenvolvido no arquivo do jornal A União**. João Pessoa: Monografia (Bacharelado em Arquivologia) – UEPB/CCBSA, 2015.